

Da eleição à democracia

ROBERTO GARCIA SIMÕES

Democracia não é só voto. Se fosse assim, a Venezuela estaria em primeiro lugar na América Latina. É imperativo, então, considerar um conjunto de atributos que qualificam o processo democrático. Dois deles encontram-se nos questionamentos sobre as decisões no Ipea e na votação do PPA 2008-2011 na Assembléia Estadual.

Para a democracia é imperativa a liberdade de pensamento e de imprensa. A direção do Ipea afastou quatro pesquisadores alegando problemas “administrativos”: término de convênio com o BNDES e aposentados em atividade. Acontece que esses pesquisadores desenvolviam análises críticas sobre gastos públicos, previdência, política industrial, entre outros temas. Então, a alegação administrativa não é uma desculpa para suprimir a pluralidade de visões em uma instituição criada com tal finalidade no regime autoritário? É verdade que governos não gostam de pensamentos que não estejam alinhados com o oficial. Na “ditadura”, o então pesquisador Pedro Malan, no Ipea, incomodava tratando da distribuição de renda. Não tenho saudades desse tempo. Mas evidencia-se que a tolerância democrática para com a diversidade de posições não emana diretamente de eleições. Ao invés de afastamentos ou de colocar técnicos na “geladeira”, devido às discordâncias com suas posições, os governos eleitos precisam pre-

zar enfoques distintos sobre políticas públicas.

Do debate sobre essa decisão no Ipea, destaco uma convergência essencial para a afirmação de instituições de planejamento público democrático, em particular o IJSN no ES: centro de idéias, informações e de debates sobre políticas e projetos de médio e longo prazos, em cooperação com outras entidades. Nisso inclui-se a avaliação autônoma – sem compromisso com qualquer posição ou resultado esperado. Daí nasce a credibilidade. E a capacidade para a contínua atualização e mudança no plano e no processo de planejamento do ES.

Outro atributo essencial para a consolidação da democracia enquanto valor público é a relação interdependente entre Executivo e Legislativo. Quando os parlamentares estaduais, na apreciação do PPA, votam contra as suas próprias emendas, a submissão ao Executivo fica notória. Não houve a negociação pública dos projetos na chamada “Casa do Povo”. O que foi ou não aproveitado das “audiências públicas” promovidas para debater o PPA? Por quê? Prevalece a decisão final do Executivo?

Portanto, governos eleitos, diante das tentações do pensamento único e do controle total, precisam de uma permanente democratização que os transforme em democráticos.

Roberto G. Simões, prof. da Ufes, escreve às terças. e-mail: robertog@npd.ufes.br